

**A QUESTÃO DA IDENTIDADE NACIONAL BRASILEIRA NA OBRA
HISTÓRIA GERAL DO BRASIL DE FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN:
CULTURA E EDUCAÇÃO**

Gisele Cristina Branco¹
CEEBEJA – Cascavel, PR
Giselebranco83@hotmail.com

Vilmar Malacarne²
Unioeste – Cascavel, PR
Mala@unioeste.br

RESUMO:

O presente artigo analisa a questão da identidade nacional brasileira a partir da obra *História Geral do Brasil, Volume I* de Francisco Adolfo de Varnhagen. A obra surge no período que coincide com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838, época em que se percebe mais claramente a preocupação, por parte da elite letrada e política brasileira, com o projeto de formular uma história do País. Neste texto, analisa-se a importância da obra de Varnhagen como um documento histórico, observando quais as suas contribuições e quais as divergências que podem ser percebidas na construção da mentalidade brasileira, principalmente para a época, e como entender a presença das populações indígenas na constituição de um projeto nacional. O autor descreve a política nacional da época e aspectos da cultura que buscava se constituir como uma cultura nacional, deixando um legado importante para a compreensão da história, principalmente para a compreensão do século XIX e para o entendimento do Brasil, que buscava se afirmar enquanto país. O texto é, assim, também, um trabalho que tem seu olhar voltado para um projeto que é (em última instância) de educação, pois trata da formação cultural brasileira.

Palavras-chaves: Identidade Nacional; Brasil Imperial; Cultura; Educação.

**THE ISSUE OF THE BRAZILIAN NATIONAL IDENTITY IN THE WORK
HISTÓRIA GERAL DO BRASIL BY FRANCISCO ADOLFO DE VARNHAGEN:
CULTURE AND EDUCATION**

ABSTRACT:

This article examines the issue of Brazilian national identity in the work *História Geral do Brasil, Volume I*, by Francisco Adolfo de Varnhagen. Varnhagen's work appears in the same period of the creation of the Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (Brazilian History and Geography Institute), in 1838, in which the Brazilian literate and political elite's concern over the project of building a history of the country becomes more evident. In this text, it is examined the importance of Varnhagen's work as a historical document, as well as its contributions and the divergences which can be identified in the construction of the Brazilian mentality, especially for that time. His work also helps us to understand the presence of native people (Indians) in the constitution of a national project. The author describes the national politics of that time, as well as aspects of the culture that was trying

¹ Graduada em História e em Pedagogia e especialista em História

² Doutor em educação e membro do grupo de pesquisa em Formação de Professores de Ciências e Matemática

to constitute itself as a national culture, and provides an important contribution for the understanding of the history, especially regarding the historical context of the nineteenth century and the establishment of Brazil as a nation. Therefore, this paper is also concerned with a project that is (ultimately) a project of education, since it deals with the Brazilian cultural formation.

Key-Words: National Identity; Imperial Brazil; Culture; Education.

Introdução

Este trabalho tem seu olhar voltado para a educação e para a história cultural do Brasil. Busca, acima de tudo, analisar a questão da identidade nacional brasileira a partir da obra *História Geral do Brasil*, volume I, de Francisco Adolfo Varnhagen. Para tanto, faz-se necessário observar a importância e a influência do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro– IHGB- na publicação da obra do autor e na escrita de “História do Brasil”, além da biografia do mesmo.

Analisa-se qual a importância da obra de Varnhagen como documento histórico e quais as contribuições e divergências que podem ser percebidas na construção da mentalidade brasileira retratada por Varnhagen, assim como entender a presença do escravo, principalmente das populações indígenas, na construção do projeto nacional brasileiro.

Neste sentido, é a partir da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1838 que se percebe mais claramente a preocupação, por parte da elite letrada e política, com o projeto de formular uma história do Brasil. É a partir mais ou menos da década que se segue, que se percebe aguçarem as questões referentes à formulação de uma História Pátria. Apesar deste espírito, muitas dúvidas rondavam o trabalho que se seguiria: Quais os principais temas a serem abordados? Que modelos essa História deveria seguir? Em um momento que a elite dirigente buscava consolidar o Estado imperial, todas essas questões seriam cruciais para traçar a forma de se contar a História do Brasil e a forma como os brasileiros se veriam a si próprios.

Varnhagen procurava polemizar com a voga indianista literária, contestando veementemente a contribuição dos povos indígenas na História do Brasil, declarava-se a favor da escravidão como meio de “civilizá-los”, defendia até mesmo o morticínio em prol da civilização.

Sua obra *História Geral do Brasil*, cujo primeiro volume foi editado em 1854, constitui um dos monumentos que caracterizam o apogeu do Império do Brasil. Dedicada a Dom Pedro II, segundo imperador do Brasil, Varnhagen augurava que sua História contribuiria para a honra da Monarquia no advento das nações civilizadas. Seu trabalho é, assim, um marco para se entender a cultura da época e, por consequência, a educação que era difundida no país que se estruturava.

Traços Biográficos de Francisco Adolfo De Varnhagen

Nascido em São João do Ipanema, Sorocaba, em 17 de Fevereiro de 1816, Varnhagen descendia, tanto do lado paterno quanto do lado materno, de estrangeiros. Seu pai, Coronel Frederico Luís Guilherme de Varnhagen, oficial alemão e engenheiro, veio ao Brasil em 1809, contratado pelo então regente da Coroa Portuguesa, o futuro D. João VI, a fim de dar início aos trabalhos da fábrica de ferro de São João de Ipanema, em Sorocaba.

A opção de Varnhagen pela nacionalidade brasileira não pode ser interpretada como manifestação de um sentimento arraigado de patriotismo ou brasileiroismo, pois

vivera apenas seis anos no Brasil. Residiu num país estranho, Portugal, cujos laços com o Brasil na época, eram mais de ressentimentos do que amigáveis. Assim, sua opção pela nacionalidade brasileira parece se originar de necessidade vivencial e intelectual.

Não é difícil compreender esta sua opção se pensarmos o que foi a primeira metade do século XIX: um mundo em transformação, abalado por guerras e revoluções e que via nascer as primeiras nações livres do Novo Mundo. Para um jovem da época, pertencer a uma dessas nações, percorrer e participar de sua formação e de seu destino, deveria surgir aos seus olhos deslumbrados como a possibilidade única de concretizar o desejo de pertencer à história e ao seu tempo.

Varnhagen partiu para Portugal em outubro de 1823, em companhia de sua mãe, Maria Flávia de Sá Magalhães, portuguesa de nascimento, e lá reencontrou seu pai, que deixara o Brasil cerca de um ano antes. Fez seus primeiros estudos no Real Colégio da Luz, aí permanecendo de 1825 a 1832. Principiava sua formação militar que se completaria na antiga Academia de Fortificações, posteriormente Escola do Exército, e onde obteria o título de engenheiro. Ainda em 1832 passou pela Academia da Marinha, onde estudou Matemática. Além de cursos regulares já citados, freqüentou na Escola Politécnica de Lisboa, aulas de Química, Física, Mineralogia, Zoologia e Botânica, não deixando de realizar cursos mais relacionados com sua futura atividade de historiador, particularmente no campo da Diplomática, Paleografia e Economia Política; quanto à história, ele era sobretudo um autodidata. Estava bem adaptado à produção histórica de sua época, não só estava atualizado com o que se fazia na Europa, como foi um dos pioneiros da pesquisa arquivista e do método crítico que o século XIX redescobriu e aprimorou.

Dedicou-se à pesquisa histórica, obtendo, em 1838, o reconhecimento da Academia Real de Ciências de Lisboa e obtendo assim o título de membro dessa Academia.

Com o reconhecimento da sua nacionalidade brasileira, em 1841, ingressou no serviço diplomático brasileiro, exercendo, entre 1842 e 1878, ano de sua morte, os mais diversos cargos em nossa representação diplomática. Sua carreira diplomática desenvolveu-se tanto na Europa quanto na América do sul, o que lhe facilitou a consulta de arquivos para levantamento de documentos para a elaboração de seus trabalhos históricos. Apaixonado pela tarefa de historiador, aproveitava todas as viagens e permanências em países estrangeiros para enriquecer o seu acervo e o da nossa história com documentos novos e originais.

Nomeado para a legação brasileira em Viena, retornou ao Velho Mundo em 1868. Reconhecendo o mérito dos seus serviços, o imperador D. Pedro II concedeu-lhe o título de Barão de Porto Seguro em 1871, e três anos mais tarde elevou-o a Visconde.

Na América do Sul representou o Brasil no Paraguai, Venezuela, Nova Granada (atual Colômbia), Equador, Peru e Chile. Neste último país, conheceu Carmen Ovalle, de nacionalidade chilena, com quem veio a se casar. Tendo Varnhagen falecido em 29 de junho de 1878 em Viena, sua esposa e filhos fixam residência no Chile. O corpo de historiador, por exigência da esposa, foi sepultado no Chile, sendo que um século mais tarde, seus despojos foram trasladados para Sorocaba onde hoje se encontram, atendendo à sua vontade expressa em testamento.

Francisco Adolfo de Varnhagen legou ao Brasil aquilo que tinha de mais caro e precioso: sua atividade intelectual. Erudito e historiador que se destacava no panorama historiográfico brasileiro de sua época, buscou continuamente romper com suas próprias limitações, dedicando-se a outros campos de estudo e da criação literária. Porém, faltava-lhe o espírito de fineza para ser um literato, embora sempre o tenha procurado. Em suas obras históricas o estilo é pesado e monótono. Segundo José Carlos Reis:

Para ele, a História Geral do Brasil foi escrita num estilo monótono, sem mostrar o dramático das tensões e opções. Varnhagen teria, segundo Odália, o estilo de botânico descrevendo a flora: árido e distante. (...) transformando Varnhagem em um modelo de patriota, e seu trabalho de historiador é elogiado de forma oca. (...) Deverá ser lido somente como o testemunho valioso de uma época. Ele revela a ideologia histórica que legitima o processo de dominação social inerente à jovem nação brasileira. (REIS, 2002: 29).

Seja como for, contudo, em relação à história, Varnhagen deixou uma obra que em sua época, representava um fato novo: a seriedade que impunha ao seu trabalho, a preocupação constante de fazer uma história rigorosamente apoiada na erudição. Ainda hoje possui inestimável valor porque ela abria claramente perspectivas à jovem nação, definia opções políticas ainda atuais. Em sua obra encontraremos os elementos mais significativos da problemática política, e foi ela um grande marco dentro da historiografia brasileira e que se transformou num monumento histórico do século XIX, porque constitui um dos seus mais importantes documentos. Isso não diminui os méritos de Varnhagen como historiador, pois parece ser uma lei implacável da história o fato de que toda grande obra histórica se transforme, com o passar do tempo, em monumento e testemunho históricos da época em que foi escrita. Segundo José Honório Rodrigues:

Na sua época, ninguém fizera tanto e tão bem, simultaneamente na história geral e parcial. Antes dele, faltava ao Brasil a consciência da sua História, no mais largo período da sua formação. E neste sentido que Varnhagen é incomparável. A consciência histórica, que inspira e estimula a consciência nacional, não é, como ensinou Eduard Spranger, meramente reprodutiva. Muito mais do que isso, o grande historiador constrói o mundo espiritual que começa nele de modo indissolúvel. A vida de cuja compreensão ele se apropriou torna-se imediatamente uma força presente e formadora do futuro. (RODRIGUES, 1970: 123-124).

Varnhagen deixou uma extensa e variada obra, composta de dezenas de títulos, entre livros, opúsculos, artigos e memórias. No campo dos estudos históricos, sua obra máxima foi a *História geral do Brasil antes da sua separação e independência de Portugal*. Na extensa bibliografia do Visconde de Porto Seguro, em parte publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, há ainda suas peças de grande importância, merecendo destaque: a “História das lutas contra os holandeses no Brasil” (1871) e a “História da independência do Brasil”, concluída em 1875, mas inédita até 1916. Pela importância que adquiriu na época sua obra não apenas foi um marco para a História mas também para o desenvolvimento do pensamento educacional, uma consequência direta de seus leitores nos espaços culturais e educacionais.

Varnhagen e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

Desde o período colonial, encontramos escritos que foram chamados de “histórias do Brasil”. São relatos de administradores, missionários e viajantes que registraram os fatos ocorridos e observações sobre a vida e os costumes dos habitantes desta terra entre os séculos XVI ao XVIII. Entretanto, a preocupação com uma história que tomasse a idéia de um passado nacional, comum a todos os brasileiros, começa com o surgimento político do Brasil independente.

O importante é notar o que realmente ocorreu ao longo do século XIX, considerado por alguns como o “século da História”. A História surge então como reveladora de gêneses, não que isso nunca houvesse sido feito, porém passa-se a pensar como analisá-la, que ferramentas seriam usadas, que teorias e práticas seriam pertinentes.

Na verdade, é no século XIX que se cria um caráter científico para o que antes era considerado apenas literatura, adquirindo assim, métodos e critérios.

O IHGB é uma instituição fundamental para se entender a prática das humanidades no Brasil. Foi uma das instituições centrais do Segundo Reinado: centro privilegiado de debates econômicos, políticos e culturais. A revista do IHGB, publicada trimestralmente desde 1839, passa a oferecer uma grande quantidade de fontes: registra suas atividades através de relatórios, suas reuniões deliberativas, propostas de temas para pesquisas, divulgação de suas cerimônias comemorativas, publicação de biografias, resenhas e fontes primárias, etc.

A despeito de sua representatividade, nela há análises sobre a questão historiográfica e a formação do Instituto, apresenta também artigos e informações sobre Geografia, Geologia, Lingüística, Arqueologia e Etnografia. Estes cabedal de relatos contribuindo para o entendimento das formas de pensamento desta instituição que ocupou-se com a formulação de uma política cultural oficial e a confecção de uma identidade nacional. Expressando a visão do *status quo* historiográfico, a voz da instituição histórica do Brasil à época, o IHGB articulou uma rede de conhecimentos sobre o território nacional, tornando-se ponto de observação estratégico de onde se falava e se olhava o Brasil.

No palco europeu, onde desde o início do século este desenvolvimento é observável, percebe-se claramente que o pensar a história articula-se num quadro mais amplo, no qual a discussão da questão nacional ocupa uma posição de destaque. Assim, a tarefa de disciplinarização da história guarda íntimas relações com os temas que permeiam o debate em torno do nacional. O caso brasileiro não escapará, neste sentido, ao modelo europeu - e isto certamente trará conseqüências cruciais para o trabalho do historiador em nosso país -, ainda que deste lado do Atlântico e por um período bastante avançado do século XIX, outro será o espaço da produção historiográfica, marcado por uma profunda tradição iluminista, surgiram diversas interpretações sobre o Brasil em torno da questão do nacional.

Assim, é no bojo do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada. A criação, em 1838, do IHGB vem apontar em direção à materialização deste empreendimento, que mantém profundas relações com a proposta ideológica em curso.

Entretanto, a gestação de um projeto nacional para uma sociedade marcada pelo trabalho escravo e pela existência de populações indígenas envolvia dificuldades específicas, para as quais já alertava José Bonifácio em 1813: "... amalgamação muito difícil será a liga de tanto metal heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios etc. etc. etc., em um corpo sólido e político". (DIEHL, 1998: 24).

Pode-se argumentar que a tarefa de pensar a história do Brasil, naquele momento, absorveu fontes e documentos comprometidos com o processo de gênese da nação brasileira, envolvidos e entregues aos letrados do IHGB, pois a historiografia produzida por esses reforçaria a origem, buscando garantir uma homogeneização da visão sobre o Brasil e referendando das elites brasileiras. Para tanto, o IHGB buscou, em primeiro lugar, o esclarecimento dos que ocupavam o topo da pirâmide social, os quais, por sua vez, trariam o esclarecimento do resto da sociedade, tendo sido este, basicamente, o ponto primordial no qual residiu o pensar a nação brasileira.

Num processo peculiar ao caso brasileiro, a construção da idéia de Nação não se assenta sobre uma oposição à antiga metrópole portuguesa, muito ao contrário, a nova Nação brasileira se reconhece enquanto continuadora de uma certa tarefa civilizadora iniciada pela colonização portuguesa. Nação, Estado e Coroa foram elementos pensados

como unidade no interior do discurso historiográfico concernente ao problema nacional. Segundo José Carlos Reis:

(...) o Brasil queria continuar a história que os portugueses fizeram na colônia. A identidade da nova nação se assentaria sobre a ruptura com a civilização portuguesa; a ruptura seria somente política. Os portugueses são os representantes da Europa, das Luzes, do progresso, da razão, da civilização, do cristianismo. O Brasil queria continuar a ter uma identidade portuguesa, a jovem nação queria prosseguir na defesa desses valores. (REIS, 2002: 31).

É Francisco Adolfo Varnhagen que, em carta ao imperador Dom Pedro II, explicitaria os fundamentos definidores da identidade nacional brasileira enquanto herança da colonização européia. Segundo Astor A. Diehl:

Escreveu Varnhagen: “Em geral busquei inspirações de patriotismo sem ser no ódio a portugueses, ou à estrangeira Europa, que nos beneficia com ilustração; tratei de pôr um dique à tanta declamação e servilismo à democracia; e procurei ir disciplinando produtivamente certas idéias soltas de nacionalidade...” (DIEHL, 1998: 25).

Ao definir a Nação brasileira enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: índios e negros. O conceito de Nação operado é eminentemente restrito aos brancos. Construída no campo limitado da academia de letrados, a Nação brasileira traz consigo forte marca excludente, carregada de imagens depreciativas do “outro”, cujo poder de reprodução e ação extrapola o momento histórico preciso de sua construção.

É sobre o pano de fundo mais amplo desta discussão que o IHGB encaminhará suas reflexões acerca do Brasil, realizando a tarefa de sistematizar uma produção historiográfica capaz de contribuir para o desenho dos contornos que se quer definir para a Nação brasileira.

Contudo, o IHGB propõe-se levar a cabo um projeto dos novos tempos, cuja marca é a soberania do princípio nacional enquanto critério fundamental definidor de uma identidade social. Mas como conciliar o ideal iluminista supranacional da república das letras com a necessidade de fundamentar historicamente um projeto nacional, construindo seus mitos e representações dando-lhes, porém, um estatuto de objetividade e evidência fundados na própria história?

A leitura da história empreendida pelo IHGB está, assim, marcada por um duplo projeto: dar conta de uma gênese da Nação brasileira, inserindo-a contudo numa tradição de civilização e progresso, idéias tão caras ao iluminismo. A Nação, cujo retrato o instituto se propõe a traçar, deve, portanto, surgir como desdobramento nos trópicos, de uma civilização branca e européia. Tarefa sem dúvida a exigir esforços imensos, devido à realidade social brasileira, muito diversa daquela que se tem como modelo.

Se uma inter-relação entre Estado e produção do discurso historiográfico no Brasil no século XIX já se fazia sentir desde a fundação do IHGB, tal dinâmica tenderá a assumir formas mais claras e diretas a partir de 1849-50, coincidindo com a estabilização do poder central monárquico e de seu projeto político centralizador. Escrever a história brasileira enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do Instituto Histórico. Segundo José Carlos Reis:

No essencial, a história do Brasil será a história de um ramo dos portugueses, pois o português foi o conquistador e senhor, ele deu as garantias morais e

físicas ao Brasil. (...) O historiador deverá transportar o leitor à casa dos colonos e mostrar como viviam, como se relacionavam com seus vizinhos, escravos e família. Deverá mostrar a ação da Igreja e da escola; como chegavam as plantas e árvores; como era a construção naval e a navegação, a vida militar e o comércio. Mostrar, ainda, como chegavam as idéias e as letras da Europa. Enfim, mostrar fundamentalmente a vida portuguesa no Brasil. (REIS, 2002: 26-27).

As mudanças em curso se materializaram nos novos estatutos promulgados em 1851, espelhando o processo de alargamento, consolidação e profissionalização do IHGB. A perspectiva de englobar na instituição estudos de natureza etnográfica, arqueológica e relativos às línguas dos indígenas brasileiros pode ser explicada a partir da própria concepção de escrita da história partilhada pelos intelectuais que a integravam. Presos ainda à concepção herdada do iluminismo, de tratar a história enquanto um processo linear e marcado pela noção de progresso, nossos historiadores do IHGB empenhavam-se na tarefa de explicitar para o caso brasileiro essa linha evolutiva, pressupondo certamente o momento que definiam como o coroamento do processo. Neste sentido, lançar mão dos conhecimentos arqueológicos, lingüísticos e etnográficos seria a forma de se ter acesso a uma cultura estranha - a dos indígenas existentes no território -, cuja inferioridade em relação à “civilização branca” poderia ser, através de uma argumentação científica, como pretendiam, explicitada. Por outro lado, este mesmo instrumental capacitaria o investigador da história brasileira a recuperar a cadeia civilizatória, demonstrando a inevitabilidade da presença branca como forma de assegurar a plena civilização.

Será, portanto, em torno da temática indígena que, no interior do IHGB, e também fora dele, travar-se-á um acirrado debate em que literatura, de um lado, e história, de outro, argumentarão sobre a viabilidade da nacionalidade brasileira estar representada pelo indígena. Enquanto Varnhagen, em carta dirigida ao imperador com data de 18 de julho de 1852, a propósito do indianismo de Gonçalves Dias, o adverte para “não deixar para mais tarde a solução de uma questão importante acerca da qual convém muito ao país e ao trono que a opinião se não extravie, com idéias que acabam por ser subversivas”(SCHWARCZ, 1998:140. Segundo Lilia Moritz Schwarcz:

Atacados de frente por historiadores como Varnhagen, que os chamava de “patriotas cablocos”, os indianistas brasileiros ganharam, porém, popularidades e tiveram sucesso nesse contexto na imposição da representação romântica do indígena como símbolo nacional. (SCHWARCZ, 1998:140).

Construir a imagem de um Brasil como frente avançada da civilização francesa nos trópicos é, sem dúvida, o projeto subjacente ao intenso contato que as duas instituições irão incentivar. O instituto seria a luz a retirar a história brasileira de seu escuro caos, superando uma época percebida e vivida como necessitada de “Luz e Ordem”. O uso desta curiosa metáfora nos discursos do IHGB indica tradições intelectuais muito precisas e aponta no sentido da definição de uma identidade, tarefa para a qual estava reservado um papel central e diretor à instituição. Tratava-se de desvendar o “nosso verdadeiro caráter nacional”, e para este fim o IHGB deveria realizar a sua parte. Novamente, segundo Lilia Moritz Schwarcz:

Além do desejo de fundar uma historiografia nacional e original, há a intenção de não só ensinar e divulgar conhecimentos, como formular uma história que, a exemplo dos demais modelos europeus, se dedicasse à exaltação da pátria. De fato encontrava-se congregada no instituto boa parte da geração romântica – de Gonçalves Magalhães a Gonçalves Dias -, que carregava consigo esse senso de dever patriótico. (SCHWARCZ, 1993: 102).

Entretanto, pode-se pensar no Instituto Histórico como um locus privilegiado, naquele momento, a partir de onde se “fala” sobre o Brasil. Mais interessante é, contudo, a constatação de que esse papel é legitimado no interior da elite letrada imperial, o que contribuirá para uma progressiva difusão e homogeneização do “projeto nacional” no seio deste grupo social. A história é, assim, o meio indispensável para forjar a nacionalidade. Já pela adjetivação presente em seu nome Histórico e Geográfico, fica claro o projeto da instituição de trabalhar com o instrumentário da história e da geografia. Na verdade, cada uma dessas matérias forneceria os dados imprescindíveis para a definição do quadro nacional em vias de esboço; história e geografia enquanto dois momentos de um mesmo processo, ao final do qual o quadro da Nação, na sua integralidade, em seus aspectos físicos e sociais, estaria delineado.

A história é percebida, portanto, enquanto marcha linear e progressiva que articula futuro, presente e passado; só partilhando uma tal concepção, poder-se-ia pretender aprender com a história, dando-lhe um caráter pragmático. Outra não era aliás a prática de muitos daqueles intelectuais que irão se ocupar do trabalho historiográfico no Brasil, como por exemplo Varnhagen, que não se furtava a prestar consultas e a elaborar pareceres para órgãos do Estado Imperial, na qualidade de historiador. O conhecimento da história adquiriu um sentido garantidor e legitimador para decisões de natureza política, mormente aquelas ligadas às questões de limites e fronteiras, vale dizer, aquelas ligadas à identidade e singularidade física da Nação em construção. O domínio de um saber específico parece neste caso estar intimamente ligado à viabilização de um certo poder em vias de definição.

A Revista do IHGB, penetrada da concepção exemplar da história, abre uma rubrica em seu interior dedicada às biografias, capazes de fornecer exemplos às gerações vindouras, contribuindo desta forma também para a construção da galeria dos heróis nacionais. Mas não é apenas uma visão pragmática e exemplar da história que se abriga no projeto historiográfico do IHGB. A concepção de história partilhada pela instituição guarda um nítido sentido teológico, conferindo ao historiador, através de seu ofício, um papel central na condução dos rumos deste fim último da história.

Os primeiros passos concretizados no sentido da elaboração de uma história do Brasil, que viria a ser publicada anos mais tarde por um homem ligado ao IHGB - Francisco Adolfo Varnhagen -, são dados por Januário da Cunha Barbosa em 1840, ao definir um prêmio para o trabalho que melhor elaborasse um plano para se escrever a história do Brasil. O texto, premiado em 1847, do alemão Von Martius, cientista ocupado das coisas brasileiras, já fora publicado na Revista em 1844 e se revestia de um caráter pragmático. No artigo, von Martius define as linhas mestras de um projeto historiográfico capaz de garantir uma identidade à Nação em processo de construção. Esta identidade estaria assegurada, no seu entender, se o historiador fosse capaz de mostrar a missão específica reservada ao Brasil enquanto Nação: realizar a idéia da mescla das três raças, lançando os alicerces para a construção do nosso mito da democracia racial. Portanto, deveria ser um ponto capital para o historiador reflexivo mostrar como, no desenvolvimento sucessivo do Brasil, se acham estabelecidas as condições para o aperfeiçoamento de três raças humanas, que nesse país são colocadas uma ao lado da outra, de uma maneira desconhecida na história antiga. Segundo Lilia Moritz Schwarcz:

(...), o IHGB elegia seus pares ao mesmo tempo que excluía “os estrangeiros em terras brasileira”, ou seja, os negros, “fator de atraso na civilização”. O instituto expressava dessa maneira sua posição no debate que se travava em outros círculos intelectuais da época, tendo como modelo um a história católica, patriótica, permeável a um discurso evolucionista e muito vinculada à política oficial.(SCHWARCZ, 1993:117).

O texto de von Martius propõe uma forma de tratar cada um dos três grupos étnicos formadores, a seu ver, da nacionalidade brasileira, e inicia valorizando os estudos relativos aos indígenas, com a perspectiva de integrar à história nacional os conhecimentos por eles veiculados. Certamente a atuação do elemento branco, através de seu papel civilizador, será particularmente sublinhada, resgatando especialmente a importância dos bandeirantes e das ordens religiosas nesta tarefa desbravadora e civilizadora. Em seu projeto de leitura da história brasileira, von Martius curiosamente vai apontando caminhos e destacando aspectos que posteriormente encontrarão eco nas interpretações, por exemplo, de Varnhagen.

É, contudo, ao final do artigo que a proposta de von Martius de leitura da história se explicita em seu caráter político. A premiação outorgada ao trabalho expressa a concordância do IHGB com este projeto, que estará também presente no sentido dado por Varnhagen à sua obra histórica. Ou seja: a idéia da história nacional como forma de unir, de transmitir um conjunto único e articulado de interpretações do passado, como possibilidade de atuar sobre o presente e o futuro. A nação como unidade homogênea e como resultado de uma interpretação orgânica entre as diversas províncias, este o quadro a ser desenhado pelo historiador. Segundo José Carlos Reis:

Eis a história de que o Brasil recém-independente precisava, ou seja, de que as elites brasileiras precisavam para levar adiante a nova nação no anos 1840-60. Uma história que realizasse um elogio do Brasil, dos seus heróis portugueses do passado distante e recente, que expressasse uma confiança incondicional em seus descendentes. Uma história que não falasse de tensões, separações, contradições, exclusões, conflitos, rebeliões, insatisfações, pois uma história assim levaria o Brasil à guerra civil e à fragmentação; isto é, abortaria o Brasil que lutava para se constituir como poderosa nação. (REIS, 2002: 28).

É importante, observar, todavia, que o seu “programa” para a história do Brasil será, em linhas gerais, aquele que se corporificará com a publicação de História Nacional, de Francisco Adolfo Varnhagen. Este assim define em carta ao imperador, já anteriormente citada, o sentido de seu trabalho de historiador, respaldados nos princípios da moderna historiografia, segundo os quais as fontes primárias desempenhariam para o trabalho do historiador um papel central, os integrantes do IHGB discutem os meios de localização de fontes imprescindíveis à história do Brasil. Desde a sugestão inicial, veiculada no interior da instituição, ainda em 1839, a respeito da importância da coleta de fontes em Portugal e Espanha, tarefa para a qual, segundo Varnhagen, era necessária a intervenção do governo que, “devendo alimentar o espírito de nacionalidade, deve ter presente que são a primeira base talvez desta, a história e o conhecimento do país natal”, a preocupação com o trabalho de localização de fontes no Brasil e no exterior acompanhará o percurso do IHGB.

Coerente com o objetivo a que se propôs, de esboçar o quadro na Nação, o IHGB incentivará ainda viagens e excursões pelo interior do Brasil, na expectativa de que venha a ser coletado material que subsidie a escrita da história nacional - particularmente material referente aos diversos grupos indígenas - e que possibilite o avanço no caminho da identificação do Brasil.

Para a jovem monarquia, que constrói sua identidade a partir da oposição às formas republicanas de governo, assegurar o controle sobre as populações indígenas fronteiriças significava garantir o poder do Estado Nacional sobre este espaço.

Relacionava-se à formulação de uma política indígenista de integração, na qual o Estado teria um papel central, arrebanhando os “bárbaros” através do comércio, educação e da religião. A composição de uma miscigenação aventava também a idéia de se utilizarem os indígenas como mão-de-obra substitutiva aos braços escravos “estas etnias que

emperravam a civilização”, já que as correntes da grande propriedade começavam a desprendê-los devido ao lento processo abolicionista. Os saberes articulados pelo IHGB, portanto, formavam uma rede epistemológica lançada sobre o Brasil. Campos de saber correlatos a campos de poder, cujos objetivos eram fomentar o debate sobre os problemas nacionais, encaminhar propostas para a definição do perfil da Nação, ou até mesmo viabilizar a estabilização do poder Monárquico e de seu projeto centralizador.

É preciso ter em conta que será o governo de dom Pedro II aquele a encaminhar a solução política da problemática de fronteiras através da definição de uma política externa cuja formulação contou com a assessoria do historiador-diplomata Francisco Adolfo Varnhagen, que viria a ser considerado o “pai da história brasileira”.

Seu papel foi o de elaborar discursos históricos de origem onde as elites e as classes dominantes do país - os nobres - pudessem se reconhecer. O passado do indígena, ou a “Pré-História” do país, serviu como espelho da “cultura branca”, da sociedade de corte. Discursos que objetivavam mostrar que os antepassados eram de outra natureza que não a dos homens contemporâneos: estas ruínas de povos que foram antes criadores, membros de uma civilização que estaria sendo reconstruída pela nobreza do Império, pelos representantes da cultura ilustrada do Brasil. Os critérios desta articulação possibilitaram a concepção de que os povos indígenas seriam ruínas de povos, resquícios de uma civilização, antepassados de povos detentores de uma cultura elaborada.

Estes conceitos indicavam, desse modo, os dois lugares sociais a serem ocupados pelos indígenas na hierarquia do Estado Imperial. Se os índios realmente fossem antepassados de povos mediterrâneo, talvez isto apontasse para um maior prestígio, um maior grau de civilização, uma maior aptidão moral para integrar o projeto nacional da Monarquia. Entretanto, como a Arqueologia não conseguiu encontrar traços de “nobreza” entre eles, reservou-se-lhes primordialmente o local social determinado pela política indigenista. Foi no âmbito destes conceitos, ademais, que o debate sobre a viabilidade de representar ou não os indígenas na Nação se processou. Foram eles que serviram de critério para as asserções de Varnhagen, Gonçalves Dias, Martius, Joaquim Norberto de Souza, etc. A Arqueologia serviria como ciência auxiliar da História: coletaria as fontes não escritas para a composição da escrita da História.

Eram os intelectuais do Instituto, portanto, lançando mão da rede de saberes que articulou Arqueologia-Etnografia-Historiografia-História Natural, e que poderiam avaliar quais grupos indígenas seriam ou não refratários à civilização. O que lhes permitiu prescrever um lugar social para estes povos na rígida hierarquia do Estado Imperial, na auto-imagem da Nação, na identidade nacional. Poderiam, por fim, produzir um saber sobre o Brasil capaz de viabilizar uma determinada ordem almejada pelo projeto político Imperial.

Perceber a diversidade de origem social, nos leva a questioná-la como critério único definidor de uma prática tanto política quanto intelectual é, contudo, nivelada por um processo de educação segundo a tradição jurídica de Coimbra, seguida de treinamento e carreira no aparelho de Estado. É a partir desta perspectiva que a leitura da história brasileira será encaminhada, enquanto palco de atuação de um Estado iluminado, esclarecido e civilizador, eis o empenho para o qual se concentram os esforços do IHGB. Assim, a tarefa de disciplinarização da história guarda íntimas relações com os temas que permeiam o debate em torno do nacional e que continuam até os dias atuais perpassando pelo caminho de uma constituição de história, de cultura e de educação nacional. A tarefa de entender as raízes da educação nacional passa, desta forma, pelo entendimento deste processo de construção da identidade nacional que irá desaguar inexoravelmente na educação e em sua própria história.

Varnhagen e a sua visão da política e da cultura indígena na obra “*História Geral do Brasil*”.

Para alguns intelectuais Francisco Adolfo de Varnhagen, e a sua obra *História geral do Brasil*, pode ser considerado o maior historiador de sua época, e ainda hoje incomparável pela vastidão da obra, pelos fatos que revelou, pela publicação de inéditos, pelo seu enorme esforço e determinação, a exemplo de José Honório Rodrigues. Por outro lado, para Nilo Odália, suas obras seriam de interesse restrito. Seria um autor superado não só por limitações, mas porque a história do Brasil é, hoje, outra, sobretudo por expressar uma visão de mundo político que não interessa mais ao Brasil e até mesmo ao conhecimento histórico. Seu patriotismo é parcial, unilateral: ele formula e defende o Brasil das elites brancas e da família real. Deverá ser lido somente como testemunho valioso de uma época.

Já outros fazem sérias restrições, mas concluem considerando-o monumental. Capistrano de Abreu reconhece os numerosos problemas na obra dele; faltando-lhe a intuição, o espírito de conjunto, perdendo-se em acontecimentos irrelevantes; uniformizou a história do Brasil, tornando-a repetitiva, não percebendo o ritmo específico de cada época. Contudo, Capistrano considera que sua obra se impõe ao nosso respeito, exige a nossa gratidão e mostra um grande progresso na maneira de conceber a história pátria, apenas lamenta que Varnhagen não tenha conhecido a Sociologia que surgia então, o que o impedia de ver o Brasil como um todo solidário e coerente.

Varnhagen representa o pensamento brasileiro dominante durante o século XIX, e ele o expõe com clareza, com fartura de dados, de datas, nomes e fatos. É um olhar de colonizador português. Reconstrói o Brasil, sintetiza os seus diversos ritmos temporais, submetendo-os à lógica do descobridor e conquistador. O autor se coloca como cultuador e apologista da lei, da ordem, da autoridade e da religião, vistos como princípios básicos da vida em sociedade, na mesma forma pela qual se desenvolveu no Ocidente, e como defesas contra a desagregação, a desordem e a degradação. Segundo Nilo Odália, Varnhagen:

“constrói” no mundo do imaginário o projeto político de uma classe dominante. Esta classe, incapaz de se auto-definir e de auto-sustentar, reforça o Estado, enquanto agente tutelar, europeíza a nação para poder sobreviver e impõe a unidade racial, pela predominância do branco para que um dia o homem branco brasileiro possa, nos trópicos, ser a continuação do homem branco europeu. (ODÁLIA, 1979: 23).

O livro, “*História geral do Brasil*”, compõe-se de 54 seções ou capítulos, cujos conteúdos se sucedem de acordo com a ordem cronológica dos acontecimentos. Do ponto de vista interpretativo, a *História geral do Brasil* apresenta-se como uma continuação da metrópole. Devido ao tratamento secundário dispensado aos índios, “os verdadeiros donos da terra” a obra recebeu inúmeras censuras, sobretudo do Instituto Histórico. O Brasil continua a ser percebido como uma “criação” do império ultramarino português, desde a chegada da esquadra de Cabral até a emancipação da colônia.

A *História geral do Brasil* se inicia, pois, por uma breve explicação sobre as origens da denominação por que ficou conhecida a América portuguesa, em decorrência do primeiro recurso natural aqui explorado – pau-brasil. Segue-se uma síntese das características do território, principais acidentes geográficos, zonas climáticas e paisagem natural, com ênfase especial na descrição da fauna e flora exuberantes, que certamente teria intimidado os colonizadores.

Percebe-se que os temas que nele afloram e nele se configuram se tornarão obrigatórios como uma constante em nossa historiografia até a década de 1930: organização do Estado, definição do seu papel na estruturação do organismo social, centralização do poder político, função do Estado na condução do processo de constituição da nação e do homem brasileiro.

Varnhagen encaixa os fatos históricos em função da visão do mundo política ao qual integra e dá significado, pois, é ela ainda que resume os anseios, as preocupações, os ideais, os projetos de uma classe dominante em relação a uma nação que está em vias de se constituir. O caos social reinante na colônia não podia permanecer no país independente, visto que, agora, brancos, negros e índios não podiam ser mais classificados em termos de etnia, mas em função do elemento comum, recém-adquirido, que passava a uni-los: eram cidadãos da nova nação.

As relações raciais que haviam sido tratadas ao sabor das conveniências político-econômicas da metrópole, sob a influência dos grupos sociais privilegiados, impunham, no país independente, um novo tratamento. Negros e índios tornavam-se parceiros na construção da nova nação. Um novo elo os prendia. O homem brasileiro deveria surgir do relacionamento das três raças. Por isso o grande problema a resolver era orientar as relações raciais no sentido de preservar as posições conquistadas e reforçar a dominação expressa pela colonização branca.

A partir daí, deveria surgir um projeto político ao qual objetivasse três elementos básico: Nação, Estado e Homem branco brasileiro, este fruto da mescla das três raças existentes. Esse processo legitima a posse e dá aos conquistadores, o povo português, o poder e o direito de moldar ao seu talento a nova sociedade brasileira. Ao historiador cabe neste momento assumir o papel e a sua missão com a tarefa de dar forma e conteúdo ao projeto político. A história e o historiador, nesse instante, parecem superar suas limitações e, não se confinando apenas ao passado, se transfiguram no instrumento de ação do presente, com olhos voltados para o futuro. Segundo Nilo Odália:

Essa a história política do nosso século XIX. E é a ela que Varnhagen vai servir e ser porta-voz. Ele é uma voz que cem anos depois é tão atual quanto o foi no momento em que se fez ouvir. Ele é o oráculo de uma situação que se perpetua porque é infinita a tarefa, quando só eleitos e taumaturgos são convocados para a sua realização que deveria ser a obra comum de todos: porque ela é ininteligível, quando o poder e o saber são privilégios que não se repartem; porque ela é infinda, quando o que se realiza pressupõe o tutelador e o tutelado. (ODÁLIA, 1997: 42).

A história colonial é interpretada de maneira a aparecer claramente a superioridade de uma etnia, de uma cultura, de uma civilização, de uma religião, de um modo de vida e de pensamento, a do branco vencedor, que se impõe a outras formas, à dos índios, inicialmente, e à dos negros, posteriormente, sempre identificadas como bárbaras.

Tomando como base o volume I da obra *História geral do Brasil*, percebe-se como o autor introduz aos habitantes daquelas paragens, os “índios”, idéias de patriotismo, unidade de raça, uso da língua geral, entre outros.

Francisco Adolfo de Varnhagen faz uma profunda análise sobre as culturas indígenas que habitavam o litoral brasileiro à época da chegada dos portugueses. Segundo ele:

(...) Assim, orçando como dissemos, apenas caberiam dois indivíduos por cada légua quadrada no Brasil; e noutras paragens deste continente, menos favorecidas pelo Criador, o seu número era muitíssimo menor. As guerras de extermínio, que mantinham entre si, eram causa de que as tribos ou cabildas se debilitassem cada vez mais em número, em vez de crescerem. Além de que essas

mesmas pequenas cabildas que existiam, mantinham-se por laços tão frouxos, que tendiam a fracionar-se cada vez mais e a guerrear-se, ficando inimigos acérrimos os que antes combatiam juntos. (VARNHAGEN, 1981: 24).

Varnhagen traça um longo panorama etnográfico da vida indígena, visando descrever e compreender a organização social dos indígenas, seus costumes, tradições, línguas, ideais religiosos e, de maneira especial, suas origens. Buscava sempre um indício vindo da cultura branca. Continua Varnhagen:

Nesta dança só não tinham parte as crianças e os velhos, que ficavam sentados para batucarem o tambor, que também era oblongo, como o dos antigos egípcios, e se ouvia a grande distância. (...) e o búzio *uatapu*, instrumento de que também havia feito uso a antiga Europa, sendo até na fábula o símbolo dos Tristões. (VARNHAGEN, 1981: 46).

Para Varnhagen, no processo de conquista, se defrontam dois sistemas de vida, duas sociedades, mas jamais duas nações. A nação indígena não existe, existem apenas cabildas ou tribos que, mesmo ostentando origens comuns, não se comportam como uma Nação, agem, os indígenas, apenas a razão de seus interesses tribais ou particularistas.

(...) Nos selvagens não existe o sublime desvelo, que chamamos patriotismo, que não é tanto o apego a um pedaço de terra ou bairrismo, nem sequer eles como nômades tinham bairro seu, como um sentimento elevado que nos impele a sacrificar o bem-estar e até a existência pelos compatriotas, ou pela glória da pátria. (...) Essas gentes vagabundas que, guerreando sempre, povoaram o terreno que hoje é do Brasil, eram pela maior parte verdadeiras emanações de uma só raça ou grande nação; isto é, procediam de uma origem comum, e falavam dialetos da mesma língua, que os primeiros colonos do Brasil chamaram geral, era a mais espalhada das principais de todo este continente. (VARNHAGEN, 1981: 24).

A conquista se faz como a predominância de uma Nação que impõe aos grupos indígenas diversos o que lhe falta: unidade e civilização; e a própria unidade racial e lingüística constatada nos indígenas, mas não realizada efetivamente, por lhe faltar o sentimento de Nação, acabam por se efetivar numa unidade racial e lingüística superior imposta pelo vencedor. Como afirma Varnhagen:

Essa unidade de raça e de língua, desde Pernambuco até o porto dos Patos, e pelo outro lado quase até as cabeceiras do Amazonas, e desde São Vicente até os mais apartados sertões, onde nascem vários afluentes do Prata, facilitou o progresso das conquistas feitas pelos colonos do Brasil que, onde a língua se lhe apresentou outra, não conseguiram tão facilmente penetrar. (VARNHAGEN, 1981, 24).

Sobre a sociedade indígena, Varnhagen acentua o fato de que os ocupantes da terra à época da descoberta, serem homens que também dela se apoderaram, expulsando os primitivos moradores. Essa conquista, porém, nada representou, a não ser uma posse física da terra, visto que os novos donos da terra não possuíam, tal como os seus conquistadores, uma organização social em que a lei e a autoridade predominassem. Nada existia nessas sociedades que lhes outorgasse uma unidade. A ausência de lei, a precariedade da vida em comum, as divisões internas, produzindo no seio de um mesmo povo sua fragmentação em inúmeras cabildas, sem nenhum laço de união, fazia que o indígena tão-somente em termos do “instinto de conservação vital”.

Divididos, pois, os tupis em cabildas insignificantes que umas às outras se evitavam, quando não se guerreavam, apenas podiam acudir aos interesses ditados pelo instinto vital; e , numa tão grande extensão de território, não

aparecia um só chefe que estabelecesse um centro poderoso, como havia no Peru, cuja aristocracia, livre de cuidar só em resguardar-se das intempéries e em adquirir diariamente o necessário alimento, pudesse pensar no bem dos seus semelhantes, apaziguando as suas contendas, e civilizando-os com o exemplo, e servindo-lhes de estímulo, para se distinguirem e procurarem elevar-se. Assim tais rixas perpetuariam neste abençoado solo a anarquia selvagem, ou viriam a deixá-lo sem população, se a Providência Divina não tivesse acudido a dispor que o cristianismo viesse ter mão a tão triste e degradante estado! (VARNHAGEN, 1981: 29-30).

O seu olhar é de “aldeias de selvagens”, assim como as define, visto que diante das privações, fome, falta de lei, religião, vivem na selvageria, na ferocidade. Ele ainda descreve os rituais de sacrifícios humanos, a antropofagia. Tais eram os “alienígenas” que percorriam haviam mais de três séculos todo o atual território do Brasil e percorriam ainda em 1850 uma parte dele, onde não havia entrado ainda a luz da civilização e do evangelho. Segundo Varnhagen:

Podemos dizer que a única crença forte e radicada que tinham era a da obrigação de se vingarem dos estranhos que ofendiam a qualquer de sua alcatéia. Este espírito de vingança levado ao excesso constituía a sua verdadeira fé. – Era o ódio excessivo contra os inimigos o principal estímulo que os conduzia até à antropofagia, fato que segundo alguns historiadores, se dava igualmente no Velho Continente, entre os citas, dos quais pareciam proceder. (VARNHAGEN, 1981: 43).

O estado de civilização compreende-se, então, como uma luta contínua contra o estado de barbárie, que espreita o homem e o assalta e domina tão logo fique desamparado dos controles criados pelo homem, mas que pairam sobre ele na figura onipotente do Estado. Nesse estado, sem auxílio mútuo da sociedade, sem o cultivo eficaz da terra, há sempre privação e fome, que torna canibais os mais civilizados. As leis tornam feliz o homem que se sujeita a elas. O direito, a justiça e a razão são melhores do que o instinto, o apetite e o caprichos.

Esse é o passado do Brasil que deverá ser esquecido ou que não deverá influenciar na construção do futuro da nação brasileira, se preservado. Os capítulos que foram dedicados ao indígena na *História geral do Brasil* teriam esta função: mostrar que o futuro do Brasil não poderá ter nesse passado a sua raiz. O presente e o futuro do Brasil se assentaria em um outro passado, naquele que veio do exterior para pôr fim a essa barbárie e selvageria interiores. Com a chegada do cristianismo, do rei, da lei, da razão, da paz, da cultura, da civilização, com a chegada dos europeus a este território, o Brasil surgiu e integrou-se no seio da providência.

Suas análises são minuciosas e sua preocupação fundamental é a comparação em seus termos, a analogia. Ele busca na vida indígena indícios de sua origem em outras civilizações, pois está indelevelmente marcado pela necessidade de buscar uma origem nobre (branca) aos indígenas brasileiros. A conduta é simples: encontrar nos costumes indígenas a presença de sobrevivências de costumes de povos europeus, ou então, em atitudes que se justificam por razões inconscientes de um passado remoto, quase esquecido e que se reaviva pela ação praticada. Segundo Varnhagen:

A vingança, ainda além do umbral da eternidade, se por um lado não prova bons dotes de coração, descobre que estes povos ou antes, seus antepassados, tinham idéias superiores às do instinto brutal dos gozos puramente positivos do presente. Estas idéias se justificavam melhor pelo respeito escrupuloso que todos guardavam às sepulturas dos seus, nem que do Velho Continente tivessem recebido, conforme parece confirmar-se por tantas outras induções que em outro

escrito apresentamos, as crenças das penas que sofriam no Averno as almas dos desgraçados que não haviam tido quem na terra lhes sepultasse os corpos. O mesmo uso dos banquetes antropófagos talvez tivesse, em quem os inventou, origem na crença de que a vingança do inimigo passaria além desta vida, impedindo-se por essa forma que o cadáver tivesse jamais enterro. (VARNHAGEN, 1981: 44).

Varnhagen sustenta ainda uma tese surpreendente sobre as origens do tupis: eles teriam vindo da Ásia Menor, derrotados na guerra de Tróia, fugindo das crueldades que se cometia então contra os derrotados. Teriam navegado o mediterrâneo, permanecido na Egito por algum tempo e, finalmente, teriam enfrentado o oceano e chegado ao Brasil. E cita ainda pontos de convergência entre a cultura indígena e a egípcia.

(...) E hoje temos quase a convicção de que houve efetivamente para o Brasil uma grande emigração dos próprios cários da Ásia Menor, efetuada talvez depois da queda de Tróia. Havendo eles estado, nesta guerra tremenda de dez anos entre a Europa e a Ásia, contra os gregos, e havendo ficado vitoriosos os gregos e senhores dos mares, é mais que possível que os mesmos cários nem nas suas colônias ao Oeste da África se julgassem ao abrigo das crueldades que nesses tempos se praticavam com os prisioneiros de guerra.(...) Sendo assim porventura, preferiram confiar-se a esse elemento que lhes era tão familiar, e se lançaram no oceano à aventura. (...) e finalmente certa semelhança entre o tupi e o egípcio antigo, não só nas formas gramaticais, como especialmente em um grande número de palavras (às vezes idênticas), e significando objetos de uma natureza primitiva e não suscetíveis de sofrer a concorrência de sinônimos, tais como os com que designavam o sol, o fogo, a terra, o campo, a argila, o ouro (nas Antilhas), a água, o caminho, o cão, a formiga, a árvore, a folha, o espinho, a flecha e outros, fazem-nos crer que eram de raça aparentada com os egípcios os ascendentes dos nossos Tupis. (VARNHAGEN, 1981: 55).

Podemos perceber que o elemento indígena não é colocado no mesmo nível do elemento negro; enquanto este é uma aberração e o fruto de um erro histórico, o indígena, ao contrário, é uma presença obrigatória que não se pode elidir; ele representa, por suas origens supostas e pelo que transmite ao branco de conhecimentos da terra, um componente histórico importante na formação da nacionalidade. Suas observações críticas em relação ao indígena não consubstanciam uma discriminação racial, pura e simples. Elas trazem, tanto quanto ao negro, uma postura de ordem científica, nascida de uma teoria da evolução mal deglutida e mal digerida. Para ele, índios e negros provêm de sociedades cujo nível civilizatório apenas reproduzem estágios superados pelo homem branco, mas que fazem parte também de sua história. Segundo Varnhagen:

Para fazermos, porém, melhor idéia da mudança ocasionada pelo influxo do cristianismo e da civilização, procuraremos dar um notícia mas específica da situação em que foram encontradas as gentes que habitavam o Brasil; isto é, uma idéia de seu estado, não podemos dizer de civilização, mas de barbárie e de atraso. De tais povos na infância não há história: há só etnografia. A infância da humanidade na ordem moral, como a do indivíduo na ordem física, é sempre acompanhada de pequenez e de miséria. E sirva esta prevenção para qualquer leitor estrangeiro que por si, ou pela infância de sua Nação, pense de ensoberbecer, ao ler as poucas lisonjeiras páginas que vão seguir-se. (VARNHAGEN, 1981: 30).

Fica claro sua preocupação em relação aos indígenas brasileiros, pois seus exemplos justificam e traçam a linha de união entre indígenas e brancos, de maneira que entre ambos se estabelece um forte vínculo como se fossem dois momentos de uma cadeia evolutiva. O que os distingue e separa é o tempo, mas entre ambos um vínculo solidário se

estabelece e no qual ambos se auxiliam; em um aprende-se o que foi o outro no passado, de modo que ao conhecê-lo conhece-se a si mesmo melhor; no outro, tem-se o futuro, a sociedade civilizada que se franqueará pela aceleração do tempo e da aprendizagem.

O branqueamento da raça, pela miscigenação, passa a significar a culminância de um processo de estruturação da Nação, sob fundamentos europeus, que deveria desembocar na existência de um homem branco brasileiro de traços nitidamente europeizantes. A miscigenação torna-se um instrumento de dominação do branco que com ela acena em direção a um futuro em que na Nação o homem branco brasileiro se faz pela destruição e esquecimento dos traços físicos e mentais, que individualizam índios e negros, para que surjam apenas os traços que individualizam o branco.

Varnhagen insistia repetidamente na busca de elos com o passado, tentando, de todas as maneiras, construir uma continuidade que fundamentasse a unidade política e um autêntico sentimento de nacionalidade. Não é inconsistente pensar-se que, ao contrário, a realidade histórica ia em direção oposta, isto é, na direção da desunião, do separatismo, do quase ou nenhum sentimento nacional.

Recorrer ao Estado, é uma estratégia, uma técnica de sobrevivência, pois só ele poderia garantir, pela força das armas, por sua mística, por sua organização centralizada e autoritária, uma unidade política e uma independência pelas quais poucos lutaram para sua obtenção. Nesse sentido é interessante ressaltar que a problemática da cultura brasileira tem sido, e permanece, até hoje, uma questão política e educacional. A identidade nacional está profundamente ligada a um reinterpretação do popular pelos grupos sociais interessados. Portanto, existe uma história da identidade e da cultura brasileira que corresponde aos interesses dos diferentes grupos sociais na sua relação com o Estado.

Para aquela geração, no entanto, as questões se colocavam de outro modo. Fundamentalmente, tratava-se de definir sua suposta identidade cultural, encontrando os pontos fixos, ou a tão prestigiada “essência”. Tratava-se de compreender o passado para transformar o presente e, para tanto, libertar-se de um fardo, romper com as pesadas tradições que emperravam o progresso e entrar no compasso da História. Tendo em vista produzir uma nova leitura da história nacional, leitura esta que legitimasse suas posições políticas e ideológicas, o leque de questões que esses intelectuais nacionalistas abriram tinha por objetivo detectar as raízes dos males que assolavam o Brasil, entender os problemas sócio-econômicos tão violentos e gritantes da sociedade e, principalmente, analisar o que consideravam ser a incapacidade do povo brasileiro de construir uma Nação moderna, rica e poderosa.

Na perspectiva de entender a construção desta cultura nacional, localizar, organizar e analisar sobre o passado indígena dá a perceber a pluralidade de vias de análise de um processo no qual costuma ser enaltecida a atuação de segmentos da sociedade nacional, relegando os índios ao total desconhecimento, por não terem produzido, nesta perspectiva, conhecimento sobre si. Uma história que tenha indígenas enquanto sujeitos consiste numa história não produzida a partir de concepções hegemônicas, em virtude de uma superioridade política, econômica ou social, permitindo a respeito de um mesmo processo representações múltiplas, nas quais a personagem central não há que ser o pioneiro, mas o índio. Para os indígenas é um olhar-se sobre si, reconstruindo suas identidades que, por tanto tempo foram mascaradas e ou desfiguradas por uma miopia historiográfica. As representações criadas para o indígena brasileiro ainda são projetadas e extrapoladas no infinito, passando a justificar tanto o presente quanto o futuro. Quanto a educação, ela foi e continua sendo o veículo que disseminação desta história. Neste sentido a análise de autores que ajudaram a construir e a reconstruir a história nacional é buscar as

fontes de onde a educação em construção se subsidiou para o seu fazer pedagógico com vistas a disseminar a cultura nacional e o pensamento de cada momento histórico.

Considerações finais

É lícito afirmar que Varnhagen foi um grande marco para a historiografia brasileira de sua época pois percebe-se claramente que o pensar a História naquele momento articula-se num quadro mais amplo, no qual a discussão da questão nacional ocupa uma posição de destaque. Ao definir a Nação brasileira, enquanto representante da idéia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia estará definindo aqueles que internamente ficarão excluídos deste projeto por não serem portadores da nação de civilização: índios e negros.

Na efervescência do século XIX, com a consolidação do poder dos burgueses, a busca por um projeto nacional também passa por um projeto de educação nacional.

A leitura do autor nos recoloca no pensamento da época. Pensar a educação nacional e sua história requer, entre tantas outras coisas, que se compreenda como se construiu cada perspectiva em cada momento histórico. Autores e obras, inclusive da História, foram e continuam sendo instrumento didático em sala de aula. Se em determinado momento histórico Varnhagen foi considerado um autor consagrado e suas obras de consulta obrigatória, inclusive na escola, compreendê-lo é compreender a própria história da educação e o pensamento que esta educação ajudou a disseminar.

Neste sentido, este trabalho pretendeu colaborar na compreensão de determinado momento da história brasileira e, por conseqüência, com determinado momento da história da educação nacional trazendo a figura de Varnhagen enquanto interlocutor deste processo com vistas a manter sempre próximas a História e a Educação.

Bibliografia

BOSI, A. **Dialética da Colonização**. 10º ed., São Paulo: Cia das Letras, 1992.

CARVALHO, J. M. de. **A formação das almas: o imaginário da República do Brasil**. São Paulo: Cia da Letras, 1990.

DIEHL, A. A. **A cultura historiográfica Brasileira: Do IHGB aos anos 1930**. Passo Fundo: Ediupf, 1998.

DOSSE, F. e ASSUMPCÃO, M. E. O. **A História**. São Paulo: Edusc, 2003.

HOLANDA, S. B. **Visão do Paraíso: os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil**. 5ª ed., São Paulo: Brasiliense, 1992.

MOTA, L. D. **Introdução ao Brasil: Um banquete no Trópico**. São Paulo: SENAC, 1999.

ODÁLIA, N. **As formas do mesmo: ensaios sobre o pensamento historiográfico de Varnhagen e Oliveira Viana**. São Paulo: UNESP, 1997.

_____. **Varnhagen**. São Paulo: Ática, 1979.

PAOLI, M. C.; HOBSBAWN, E. J. **Nações e nacionalismo desde 1780. Programa, Mito e Realidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 5º ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.

RODRIGUES, J. H. **História e Historiografia**. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

_____. **Teoria da História do Brasil**. 3º ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.

SCHWARCZ, L. M. **O espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Cia das letras, 1993.

_____. **As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos**. São Paulo: Cia das letras, 1998.

VARNHAGEN, F. A. de. **História Geral do Brasil: Antes da sua separação e Independência de Portugal**. 10º ed., Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981.

Artigo recebido em: 20/10/08

Aprovado para publicação em: 19/12/2008